

Handwritten signatures and the name 'João Seno' in cursive.

ACVP - Associação Comunitária de Vale da Pedra

Anexo

31 de Dezembro de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	6
3.1	Bases de Apresentação	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	11
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	112
9	Inventários	13
10	Rédito	14
15	Benefícios dos empregados	15
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
17	Outras Informações.....	17
17.1	Investimentos Financeiros	17
17.3	Clientes e Utentes	17
17.4	Outras contas a receber.....	18
17.5	Diferimentos	18
17.6	Outros Ativos Financeiros	18
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	18
17.8	Fundos Patrimoniais.....	19
17.9	Fornecedores	19
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	19
17.11	Outras Contas a Pagar.....	20

Anexo em 31 de Dezembro de 2019

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração	20
17.14 Fornecimentos e serviços externos.....	20
17.15 Outros rendimentos	21
17.16 Outros gastos	21
17.17 Resultados Financeiros.....	21
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	22

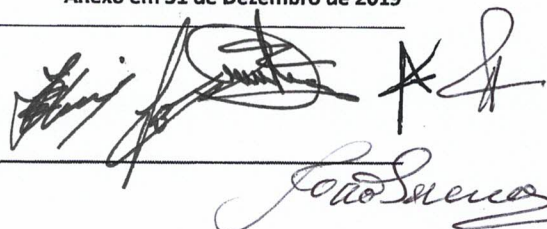
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas



As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos foram reconhecidos quando sempre que ocorreram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), registados contabilisticamente e relatados na demonstração financeira em apreciação. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos estão registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

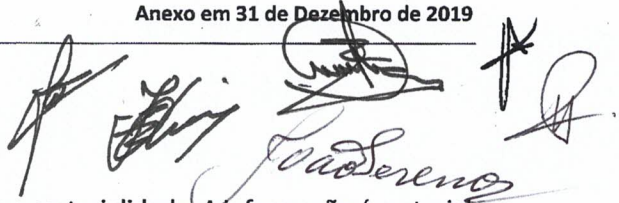
Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações, perspetivando-se a manutenção da atividade de prestação de serviços para cumprimento dos fins estatutários.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras permitem compreender a informação que relatam.

3.1.4 Relevância

A informação apresentada ajuda a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, havendo sido expurgados quaisquer erros ou ineficiências.



3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados, fiabilidade esta que se traduz nas contas ora apresentadas.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Houve na preparação das demonstrações financeiras, a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança necessários á tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos foram contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica.

3.1.9 Neutralidade

A informação disponível foi tratada com neutralidade.

3.1.10 Prudência

Foram observados os princípios da prudência de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação disponível foi considerada como fiável respeitando os limites de materialidade e de custo.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa com foi divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos foram registadas como gastos no período.

As depreciações foram calculadas, assim que os bens estiveram em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos,

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

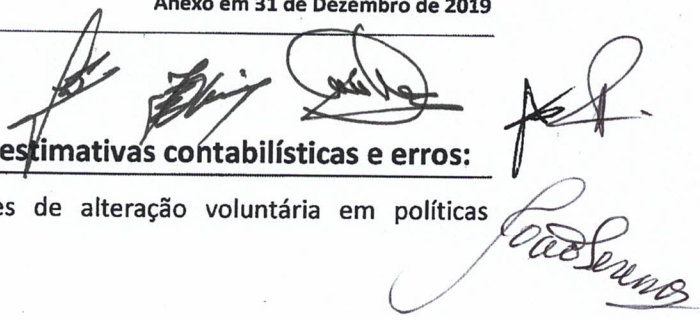
O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature that appears to be 'Paulo Sousa'.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	53 929,32					53 929,32
Edifícios e outras construções	704 111,70					704 111,70
Equipamento básico	58 684,86	580,00				59 264,86
Equipamento de transporte	30 104,90					30 104,90
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	18 651,51	1 450,08				20 101,59
Outros Ativos fixos tangíveis	3 967,57					3 967,57
Total	869 449,86	2 030,08	0,00	0,00	0,00	871 479,94
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	141 213,92					141 213,92
Equipamento básico	57 714,29					57 714,29
Equipamento de transporte	30 104,90					30 104,90
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	18 941,53					18 941,53
Outros Ativos fixos tangíveis	3 967,57					3 967,57
Total	251 942,21	0,00	0,00	0,00	0,00	251 942,21

Descrição	2019			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	127 131,68	14 082,24		141 213,92
Equipamento básico	57 120,09	594,20		57 714,29
Equipamento de transporte	30 104,90			30 104,90
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	18 651,51	290,02		18 941,53
Outros Ativos fixos tangíveis	3 967,57			3 967,57
Total	236 975,75	14 966,46	0,00	251 942,21

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018			2019			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	662,67	25 454,15	0,00	418,24	27 310,35	0,00	720,50
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e fugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	662,67	25 454,15	0,00	418,24	27 310,35	0,00	720,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				27 008,09			27 008,09
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	99 346,64	88 634,30
Quotas e joias	348,00	264,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	99 694,64	88 898,30

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram, respetivamente “23” e “20”.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de “23” e em 31/12/2018 foi de “20”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	194 665,37	167 227,76
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	207,03	6 860,90
Encargos sobre as Remunerações	47 229,17	36 726,07
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 070,56	685,07
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	926,07	785,71
Total	245 098,20	212 285,51

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2012 e 2011, foram de 0,00€ em cada um dos períodos.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2019	2018
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	608,40	386,36
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	608,40	386,36

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	5 925,22	4 430,22
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	5 925,22	4 430,22

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Remunerações a pagar ao pessoal	1,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	-25,28	-24,80
Outros Devedores	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	-24,28	-24,80

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
	1 225,43	181,22
Total	1 225,43	181,22
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2019	2018
FCT	154,70	
Total	154,70	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	2 225,80	3 274,89
Depósitos à ordem	81 709,52	95 045,30
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	83 935,32	98 320,19

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	30 679,28	0,00	0,00	30 679,28
Resultados transitados	64 196,99	45 174,38	0,00	109 371,37
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	566 412,52	0,00	-30 925,16	535 487,36
Total	661 288,79	45 174,38	-30 925,16	675 538,01

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	3 557,28	3 022,63
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	3 557,28	3 022,63

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	576,26	850,45
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	576,26	850,45
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 346,00	0,00
Segurança Social	9 105,72	7 303,96
Outros Impostos e Taxas	50,55	103,10
Total	10 502,27	7 407,06

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		-1,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		25,28		24,80
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		0,00		0,00
Total	0,00	24,28	0,00	24,80

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	203 711,78	202 110,78
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	203 711,78	202 110,78

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	21 701,32	19 499,38
Materiais	2 362,10	3 101,70
Energia e fluidos	11 314,06	11 904,90
Deslocações, estadas e transportes	776,98	2 435,72
Serviços diversos	9 272,88	8 326,25
Total	45 427,34	45 267,95

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	14 359,22	46 554,43
Total	14 359,22	46 554,43

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	431,14	461,14
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	573,49	7 616,58
Total	1 004,63	8 077,72

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	23,86
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	23,86
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	0,00	-23,86



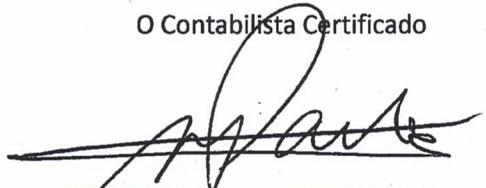
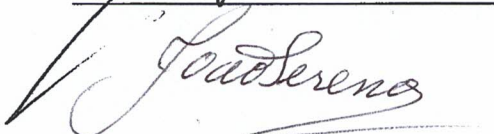
17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

VALE DA PEDRA, 31 de dezembro de 2019

O Contabilista Certificado

A Direcção





ACVP – Associação Comunitária de Vale da Pedra

NIPC 504961357

Esclarecimentos sobre Mapa Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

Prestação de Contas 2019

- 1) Pagina 33
 - a) Ponto 17.8 Fundos Patrimoniais
 - b) Resultados Líquidos 2018, 31519.71€
 - c) Acréscimo de subsídios ao investimento não reconhecidos até 2018
 - i) PARES, 1619.95€
 - ii) CM Cartaxo, 13627.86€
 - iii) Valor acumulado, 15247.81€
 - d) Prémios de seguros pagos em 2019, mas cujo período de cobertura dizia respeito a 2018, 1593.14€
 - e) $31519.71€ + 15247.81€ - 1593.14€ = 45174.38€$
- 2) Pagina 34
 - a) Ponto 17.11 Outras Contas a Pagar
 - b) Remunerações a pagar, -1€
 - i) Valo pago por excesso em 2019, regularizado em 2020-01
 - c) Outras operações, 25.28€
 - i) Divida de retenções na fonte em 2019-12 por quotas para sindicato
 - ii) Valores diferentes relativamente a 2018 por variação da massa salarial dos trabalhadores sindicalizados
- 3) Pagina 35
 - a) Ponto 17.15 Outros Rendimentos
 - b) Ano 2019
 - i) Acrescimento de Subsídios para investimentos
 - (1) PARES, 5687.08€
 - (2) CM Cartaxo, 7755.97€
 - ii) Donativos de particulares, 792€
 - iii) Outros, 124.17€
 - iv) Valor acumulado, 14359.22€
 - c) Ano 2018
 - i) Acrescimento de Subsídios para investimentos
 - (1) PARES, 2201.94€
 - (2) CM Cartaxo, 43052.54€
 - ii) Outros, 1299.95€
 - iii) Valor acumulado, 46554.43€
- 4) Pagina 35
 - a) Ponto 17.16 Outros Gastos
 - b) Ano 2019
 - i) Quotas UDIPSS, 170€
 - ii) Coima Segurança Social, 337.50€
 - iii) Outros, 65.99€
 - iv) Valor Acumulado, 573.49€

c) Ano 2018

- i) Correções relativas a períodos anteriores, 3647.83€
- ii) Quotas UDIPSS, 170€
- iii) Acerto de frequências em acordos com SS, 3616.32€
- iv) IVA, 182.43€
- v) Valor acumulado, 7616.58€

O Contabilista Certificado nº 23611

Assinado por: **ARMANDO JORGE MENDONÇA
VARELA**
Num. de Identificação Civil: BI069916373
Data: 2020.06.26 12:44:04 Hora de Verão de GMT

